

Significação e sentido

PATRICK CHARAUDEAU *

Université Paris-Nord

RESUMO

O artigo lembra inicialmente a problemática do “sentido constante” e do “sentido ocasional” de uma frase e procura definir qual deles seria objeto do estudo lingüístico. Dois tipos de consideração são propostos, o das reflexões epistemológicas e o das conseqüências metodológicas. Apenas o primeiro será desenvolvido. Através de exemplos do sistema dos demonstrativos e das exigências combinatórias verbo-objeto, em espanhol, verifica-se como é necessário, freqüentemente, recorrer ao contexto extralingüístico para explicar o fato de discurso. Pode ocorrer, também, que um contexto intralingüístico suficientemente explícito nos informe sobre as circunstâncias de comunicação. Nos dois casos, constata-se que um enunciado, fora das circunstâncias de comunicação em que é pronunciado, não tem valor comunicador, e isso, de um duplo ponto de vista: a) do Eu-locutor, pois que a escolha dos signos à qual procede depende das circunstâncias precisas de comunicação em que se encontra; b) do Tu-receptor, pois que este só pode interpretar corretamente um enunciado, se conhecer aquelas circunstâncias. Logo, as circunstâncias de comunicação seriam também objeto de estudo lingüístico e a oposição intra/extralingüístico seria uma oposição de manifestação no discurso; entretanto, os dois tipos de contexto seriam lingüísticos. Fora de contexto, os enunciados têm um sentido, para todos que tenham uma competência lingüística suficiente. Mas a totalidade da significação do enunciado não pode ser apreendida, se não se considerarem as circunstâncias de comunicação. Uma frase, fora de contexto, tem um sentido e, em seu contexto enunciativo, é um discurso, que tem significação e, sob esse aspecto, valor de comunicação. Estabelece-se, então, uma dupla distinção Sentido/Significação-Enunciado/Discurso. O sentido repousa na possibilidade de produzir certo número de frases alternativas e a significação, na maneira pela qual o EU se situa em relação ao TU e ao mundo (ELE). As circunstâncias de comunicação não são restritas ao contexto material da comunicação mas compreendem também certa soma de discursos produzidos anteriormente; essas circunstâncias fazem que o EU se situe de maneira específica em relação ao TU e ao mundo, através do enunciado. (M.A.B.).

ABSTRACT

The article initially recalls the problem of the “constant meaning” and the “occasional meaning” of a sentence, and attempts to define which of them should be the object of linguistic study. Two types of consideration are proposed: that of the epistemologic reflections and that of the methodologic consequences. Only the first will be developed. By means of examples from the system of demonstrative pronouns and the combinatory rules verb/object, in Spanish, he

* Traduzido por M. A. Barbosa.

verifies the frequent necessity of resorting to extra-linguistic context to explain the discursive fact. It sometimes occurs, also, that an intra-linguistic context that is sufficiently explicit informs us about communicative circumstances. In both cases a statement, outside the circumstances of communication in which it is pronounced, does not have communicative value, and this from a double point of view: a) from that of the I-speaker, because the choice of signs depends on the exact circumstances of the communication in which it occurs; b) from that of the You-receiver, since he can correctly interpret a statement only by knowing those circumstances. Thus, the circumstances of communication would also be the object of linguistic study, and the opposition intra/extra linguistics would be an opposition at the level of the manifestation in the discourse; however, the two types of context would be linguistic. Out of context, the statements have one meaning for all those having a sufficient linguistic competency. But the totality of the significance of the statement cannot be grasped without considering the circumstances of communication. A statement, out of context, has one meaning, and in its enunciative context is a discourse having signification and communicative value. There is thus established a double distinction: meaning/signification, statement/discourse. The meaning is based in the possibility of producing a certain number of alternative statements and the signification, in the manner by which the I is placed in relation to the You and to the world (He). The circumstances of communication are not restricted to the material context of communication but also include a certain total of discourses previously produced; these circumstances oblige the I to place itself specifically in relation to the You and to the world, by means of the statement. (M.A.B.)

Introdução

Os problemas que dizem respeito ao sentido de uma frase não são novos. A semântica, entretanto, ainda não esclareceu totalmente esses problemas, e o dever de todo semanticista é tentar trazer uma modesta contribuição a essa disciplina.

Trata-se dentre esses problemas, da diferença, do limite e da interação que existem entre o que se percebe intuitivamente como sendo o "sentido constante" de uma frase, e o que percebe intuitivamente como sendo o "sentido ocasional" e relativo a um discurso particular. Ora, uma vez elucidada essa questão, poder-se-ia propor uma segunda, complementar: qual dos dois "sentidos" é um objeto de estudo lingüístico? ou então, poderiam os dois ser tratados integralmente do ponto de vista lingüístico?

Isso significa que nós nos propomos permanecer, de início, no terreno da reflexão epistemológica e, depois de proposta esta última, examinar, mais tarde, suas conseqüências metodológicas.

Na realidade, neste artigo, nós nos situaremos no primeiro território e somente em um próximo trabalho (*Problématique de l'Analyse Lexico-Sémantique*) extrairemos as conseqüências metodológicas a propósito da análise léxico-semântica.

Mas, por ora, proporemos uma série de observações, antes de tentar uma explicação, seguindo para tanto a *démarche* geral das ciências de observação.

Observação

Seja o seguinte exemplo:

[1] *La situación que afecta... gran número de trabajadores en nuestro país, es parecida a la de los demás países europeos.*

a) Observa-se que essa frase apresenta uma lacuna no que se refere à relação verbo-objeto, e pode-se perguntar se, dado esse contexto, empregar-se-á *A* ou ϕ .

b) Uma primeira análise “intralingüística” (isto é, que parte do contexto lingüístico manifestado) nos dará as seguintes indicações¹:

* O *verbo* é semanticamente eficiente (classe semântica + exigências combinatórias). Ele pede *A*.

* O *objeto* pertence à classe “animado”-“humano”, mas não é praticamente singularizado, de vez que está no plural e que o quantificador (*gran número*) implica uma versão global-coletiva. Ele não pede *A*.

Vê-se, por conseguinte, que uma análise lingüística limitada ao contexto aqui apresentado não nos permite decidir quanto à escolha de *A* ou ϕ , de vez que as exigências de combinação do verbo e do objeto estão em contradição. Isso explica porque as respostas dadas a esse teste sejam tão divididas entre *A* e ϕ .

c) Deve-se, pois, recorrer às circunstâncias de comunicação para tentar anular esse equilíbrio de tensão e fazer pender a balança de um lado ou de outro.

Se se coloca que o EU-locutor que produz esse discurso, é um membro da oposição, que critica violentamente a conjuntura sócio-econômica do país, pode-se pensar, então, que procurará por em destaque essa “Situação-de-que-são-vítimas-os-trabalhadores”. Um dos procedimentos lingüísticos mais adequados para insistir sobre esse aspecto é o emprego da preposição *A*, que marca a inserção da subjetividade do locutor em seu discurso.

1. A escolha da preposição *A* depende da relação Verbo-Objeto e não apenas do objeto. Para essa definição, ver: B. Pottier, *BSLP* t. CXIII (1968), Klincsieck, e P. Charaudeau, *Cours de Linguistique*, SEDES.

Se, ao contrário, se propõe que o EU-locutor é o relator de trabalho de uma comissão técnica de vários membros, então ele tenderá a apagar-se enquanto EU e, até mesmo, a tomar certa distância em relação ao seu discurso. Essa busca de objetivação, que se acompanha de um discurso voluntariamente neutralizado, do ponto de vista da subjetividade do EU, traz como conseqüência o emprego de ϕ (ou recusa de *A*).

Verifica-se, desta vez, que uma referência a um contexto extralingüístico (não manifestado explicitamente) permite-nos precisar a verdadeira medida sintáxico-semântica de um enunciado, que, sem essa referência, não seria possível proceder a um teste (como no presente caso), a uma tradução (se o discurso inicial tivesse sido produzido em francês), a uma explicação.

Esse fato explica, aliás, porque as respostas se tornaram completamente regulares (*A* na primeira hipótese, ϕ na segunda) a partir do momento em que fornecemos dados mais precisos sobre as circunstâncias de comunicação.

d) Poder-se-ia refazer a experiência com outros sistemas. Por exemplo, o sistema dos *Demonstrativos*² em espanhol. Perceber-se-ia facilmente que, com freqüência, é necessário recorrer às circunstâncias de comunicação, para poder escolher um dos termos do sistema ou para poder justificá-lo *a posteriori*. Por exemplo:

[2] /.../ *muralla divisoria constituye un permanente sonrojo para el mundo occidental.*

Uma vez mais, só o contexto intralingüístico não nos permite decidir quanto à escolha de *Este*, *Ese* ou *Aquel*. Torna-se necessário recorrer ao contexto extra-lingüístico; por exemplo:

* O EU-locutor encontra-se diante do “muro de Berlim” → *Este*; ou, então, ele é o jornalista que faz esse comentário num jornal, sob a foto do “muro de Berlim” → *Esto*.

* O EU-locutor encontra-se em outro continente que não o europeu → *Aquel* ou *Ese*, segundo o grau de destaque que se pretende etc. (podem imaginar-se outras circunstâncias).

e) Depois dessa primeira, faremos outras tantas observações:

— Inicialmente, não queremos dizer que, para explicar todo fato de discurso, deva-se recorrer necessariamente ao contexto extra-lingüístico. Com efeito, pode ocorrer que o contexto lingüístico seja suficientemente explícito em si mesmo. Assim, em [3] *Quiero a una mujer que es guapa*, pode-se justificar o *A* por seu contexto intralin-

2. Para a definição desse sistema, reportar-se-á a nosso *Cours de Linguistique*, *ibid.*

güístico (*querer*, verbo eficiente que implica Sujeito “Animado-humano” e Objeto “Animado-humano” e *mujer* bem determinado, pois que implica “Animado-humano”, singularizado pela adjetivação relativa). Mas, nesse caso, diremos as circunstâncias de comunicação se acham manifestadas pelo contexto intralingüístico, que cria, desse modo, uma *contrainte*. Essas exigências estão, pois, sempre presentes de uma maneira mais explícita ou menos explícita.

— Isso explica porque, ao contrário, um contexto intralingüístico, se suficientemente explícito, nos informa sobre as circunstâncias de comunicação. Assim, a oposição [4] *vi a mucha gente*/[5] *vi mucha gente* nos indica que o EU-locutor “conhece-as-pessoas” em [4] e que “não-as-conhece” em [5]. Assim também, a oposição [6] *¿Leiste a Freud?*/[7] *¿Leiste Freud?* nos faz pensar que em [6] o EU se refere ao “conhecimento-do-pensamento-de-Freud” enquanto em [7], tratar-se-ia, apenas, da “leitura-perceptiva”.

* Concluiremos, pois, que um enunciado, fora das circunstâncias de comunicação em que é pronunciado, não tem valor comunicador, e isso, de um duplo ponto de vista.

● Do ponto de vista do EU-locutor, pois que a escolha dos signos à qual procede, depende das circunstâncias precisas de comunicação em que se encontra.

● Do ponto de vista do TU-receptor, pois que este só poderá interpretar corretamente um enunciado se conhecer essas circunstâncias de comunicação.

— Se isso é verdade, as circunstâncias de comunicação seriam igualmente um objeto de estudo lingüístico e a oposição intra/extralingüístico seria uma oposição de manifestação no discurso; entretanto, os dois tipos de contexto seriam lingüísticos.

É exatamente o que desejaríamos mostrar, mas, antes de propor uma explicação teórica, fiel a nossa *démarche* indutiva, tomaremos um outro exemplo, para precisar nossa observação.

Seja este outro exemplo:

[8] *¿Qué bien se queda invitando con Carlos III!*

a) Para quem tenha uma competência lingüística suficiente em espanhol, esse enunciado é dotado de sentido. Isso significa que, da maneira mais empírica que seja, qualquer coisa dele se compreende.

Além disso, pode-se decompor a informação, que, num primeiro momento, foi percebida globalmente. Ter-se-ia, assim:

X invita con Carlos III

X (se) queda muy bien

- A relação que se estabelece entre essas duas informações:

Cuando X invita con Carlos III, X se queda muy bien

- A transformação em uma enunciação exclamativa:

¡ Qué bien se queda invitando con Carlos III!

b) Essa decomposição não nos dá inteiramente o valor comunicador desse enunciado.

Com efeito, não sabemos a que remete *X* (sob forma genérica no enunciado), nem a que remete *Carlos III*.

São ainda circunstâncias de comunicação — elas mesmas mais ou menos codificadas — que nos permitirão decodificar esses signos de uma maneira precisa. E essa decodificação vai muito longe.

Não se trata, com efeito, da simples elucidação que nos trazem as circunstâncias de comunicação em relação aos signos referenciais — e, certamente, todos os signos referenciais (*él, eso, su* etc.) não podem ser interpretados diferentemente, pois, ainda que soubéssemos a que remete "*X*" e "*Carlos III*", não poderíamos pretender apreender a comunicação integralmente.

Façamos um teste. Precisemos as circunstâncias de comunicação que envolvem esse discurso e façamo-las variar. Constataremos que a informação variará em parte:

— EU é o convidado do interlocutor, ao qual ele se dirige.

Esse discurso conterà, além das informações precedentemente decompostas, a informação: "você tem bom gosto" ou "você sabe escolher" e, ao mesmo tempo, "pessoalmente, aprecio sua escolha" ou "eu aprecio este conhaque Carlos III".

— Se acaba de haver uma discussão acirrada, talvez tempestuosa, entre EU e seu interlocutor, que o convidou (no café ou em sua casa), afiançamos que este último apreenderá a informação "você é hábil, meu caro, — você tocou minha parte fraca com Carlos III — você sabia disso — você se saiu muito bem".

— Admitamos, agora, que esse discurso seja um *slogan* publicitário. Se se postula que o objetivo do *slogan* consiste em provocar no leitor-consumidor o desejo de comprar um produto e que, com essa finalidade, o *slogan* estabelece uma relação entre a compra do produto a esperança de obter uma satisfação, aceitar-se-á que todo *slogan* repousa, de uma maneira mais ou menos explícita, sobre o raciocínio seguinte:

"Se você comprar o produto P, você obterá o resultado R"

ou

"Se você deseja o resultado, R, compre o produto P".

Nessa perspectiva, e voltando ao nosso exemplo, deduzir-se-ão daí as informações seguintes:

Cuando uno invita con Carlos III, uno queda bien,
informação já contida no enunciado de partida, fora das circunstâncias de comunicação.

Mas, além disso, ter-se-á:

Si Ud quiere quedar bien, invite con Carlos III

- seja ³ *tenga Carlos III en su casa*
- seja *compre Carlos III*

c) Vê-se, por conseguinte, que não se pode apreender a totalidade de significação de um discurso, sem que se tome em consideração as circunstâncias de comunicação.

Esse exemplo confirma bem as conclusões de nossa primeira observação, a saber, que não pode haver interpretação correta ⁴ de um discurso fora das circunstâncias de comunicação, e nos permite, ao mesmo tempo, avançar em nossa observação, pois que, como se terá notado, se há variação da totalidade de significação, concomitantemente à variação das circunstâncias de comunicação, parece que o enunciado em si está sempre presente com um sentido global, que corresponderia à apreensão empírica desse enunciado fora do contexto extralingüístico, por todo indivíduo da mesma comunidade sócio-lingüística, possuidor de competência lingüística suficiente.

Podemos, pois, antecipar, desde já, algo sobre a nossa explicação e propor que uma frase, considerada fora das circunstâncias de comunicação, é um *enunciado* que tem um *sentido*, e que essa mesma frase, em seu contexto enunciativo, é um *discurso*, que tem *significação* e, sob esse aspecto, *valor de comunicação*.

Antes de passar ao último exemplo, gostaríamos de fazer ainda uma observação, a fim de evitar um mal-entendido. Não estamos ainda na fase explicativa, nem metodológica de nosso trabalho, ou seja, não sabemos ainda qual o aspecto do fenômeno que deve ser tomado em consideração pela lingüística, nem de que modo o deve ser. Como também não sabemos se os conceitos propostos poderão ser justificados por uma reflexão epistemológica, nem se eles serão pertinentes numa perspectiva metodológica. Mas convém lembrar que

3. O *seja* é tomado voluntariamente no sentido genérico de uma relação lógica que se estabelece entre dois termos A e B, para não ter de explicitar essa relação, o que nos obrigaria a uma grande digressão.

4. "Correto", aqui, como um pouco mais acima, significa "correspondente às intenções do EU".

os fenômenos da linguagem só podem ser abordados em uma *démarche* de observação e experimentação. É o que justifica essas preliminares.

Seja, pois, este último exemplo:

(9) "Castillo en la cima,
Soto, raso, era,
Resol en la aldea,
Soledad, ermita."

a) Trata-se de uma das cinco estrofes do poema "Relieves" de J. Guillén (*Cántico*).

Essas indicações e a disposição tipográfica, bem como a descoberta das características prosódicas e fonêmicas, nos coloca numa determinada circunstância de comunicação.

Pode-se, por outro lado, precisá-la, em quanto tipo de comunicação poética:

* O TU-receptor, sempre presente, é algo neutralizado, em relação à situação de diálogo, na medida em que não é "único" (mas "múltiplo"), e na medida em que o EU, tomando consciência dos recursos de seu código lingüístico (língua) procura fabricar um discurso que seja a testemunha mais fiel de determinada "proposição sobre o mundo" que ele procura comunicar. Eis porque esse discurso se caracteriza, além disso, pelo seu fechamento, numa redundância que tende a valorizar seu conteúdo de significação.⁵

● É por isso que o EU, se encontra em situação de diálogo fictício com seu próprio discurso e o mundo — situação igualmente existente em outros tipos de comunicação, mas hipertrofiadas neste caso.

b) Contudo, apesar de todas essas indicações, não podemos ainda pretender apreender a totalidade de significação desses versos. E isso, não porque em toda comunicação exista uma idiosincrasia do discurso, que o torna irreduzível em sua totalidade, o que é evidente, mas porque nos apercebemos muito bem de que várias interpretações são possíveis, segundo o que se toma como ponto de partida circunstancial.

Assim, para essa estrofe, poder-se-ia tomar:

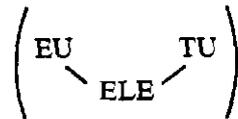
- "Descrição de uma paisagem de Castilha Interpretação I₁
- "Jogo formal, geométrico" Interpretação I₂
- "Ponto de vista erótico" Interpretação I₃
- "Ponto de vista do poeta" Interpretação I₄

etc.

5. Quanto a essas definições, v. A. J. Greimas, *Du Sens*, Paris, Seuil, 19.

c) Assim, todo discurso poético tem uma multissignificação — o que não é negado aos outros tipos de discurso, mas que é particularmente evidente neste — que depende dos pontos de vista que se atribua ao EU em relação ao mundo, a seu discurso, ao TU — as interpretações são sempre, apenas, processos de intenção que se faz ao EU, ainda que essas intenções não sejam as suas (é sob esse aspecto que uma poema pode escapar a seu tutor), disso não se pode escapar — ou seja, ao final das contas, que essa multissignificação depende das circunstâncias de comunicação.

d) Ter-se-á, pois, assinalado nessa última observação que “circunstância de comunicação” toma um sentido amplo, e que não se trata somente da maternidade do contexto que envolve os interlocutores



mas igualmente da maneira pela qual o EU encara essa tríplice relação através de seu discurso.

É o que gostaríamos de explicar e justificar agora, propondo uma reflexão epistemológica que permita dar conta desses fenômenos de comunicação.

Explicação

Assim, pois, se propõe o problema do *Sentido* e da *Significação*, ou, para dizê-lo de outro modo, das constantes e das variáveis semânticas num processo de comunicação, pois foi o que notamos em nossa precedente análise.

Para tentar elucidar esse problema, definiremos inicialmente, a comunicação como um *fenômeno de intercompreensão*; tentaremos, em seguida, ver como a linguagem se constitui no quadro dessa comunicação e, enfim, daí deduziremos a necessidade de estabelecer-se essa dupla distinção Enunciado/Discurso — Sentido/Significação).

Sempre se afirmou que era necessário, para que houvesse comunicação, a presença de um locutor e de um ouvinte, designados, às vezes, por dois termos muito gerais: Emissor e Receptor.

Mas é possível que não se tenha ainda extraído todas as consequências dessa afirmação, e é o que nos propomos fazer.

a) Todo processo de comunicação encerra, de qualquer modo, uma informação, pois que, em prazo mais ou menos curto, provoca uma reação física ou lingüística. É essa a única prova empírica e experimental que temos desse fenômeno; sobre isso, Bloomfield, lingüista

americano dos anos trinta, já tinha observado: “Duas situações não são jamais totalmente semelhantes; e, assim, as imagens que a elas se ligam respectivamente, não são idênticas. Entretanto, constata-se que elas provocam reações idênticas em indivíduos diferentes.”

Mas poderíamos ser ainda mais precisos em nossa observação e verificaríamos então que, de fato, o Emissor só se satisfaz — e considera, pois, que sua informação foi recebida — quando o Receptor reagiu a essa informação; reação que, em seu retorno, representa para o Emissor, a *existência* da informação que ele acaba de produzir.

Vê-se, então, que o Receptor é algo diferente de um pólo passivo do processo de comunicação; ele é tão ativo quanto o Emissor, pois “reagir” é produzir uma informação de retorno. Imediatamente, compreende-se que o que o Emissor *espera* do receptor, é que este lhe devolva, da maneira que seja, o “*reflexo*” de sua informação, o que nos induz a pensar que o Emissor, quando comunica, *tem o desejo de ser* compreendido.

b) Retomemo-lo em outros termos:

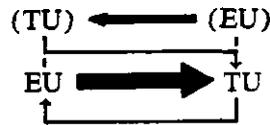
— Todo Emissor se *coloca* como sujeito comunicante, desde o instante em que produz um discurso em intenção de um Destinatário, ou seja, desde o instante em que *toma a palavra*, e é por isso que nós o representamos por EU.

— Todo Receptor é o *interlocutor de um EU* em atividade de comunicação, ou seja, é, ao mesmo tempo, aquele que *recebe* um discurso que deve compreender e *produz*, por sua vez, uma informação. Nós o representaremos por TU.

Dir-se-á, então, que todo EU é, ao mesmo tempo, um TU em potência, pois que produz seu discurso em função do que ele pensa saber do TU, e pois que ele será efetivamente um TU (diferente do precedente), quando o interlocutor tomar a palavra, por sua vez, para lhe devolver o reflexo de seu discurso.

Da mesma forma, dir-se-á que o TU é, ao mesmo tempo, um EU em *potência*, porque compreender o discurso que ele recebe é tentar apreendê-lo como se ele estivesse no lugar e na situação daquele que o produz, e porque ele será efetivamente EU (diferente do precedente), quando tomar a palavra por sua vez.

c) Assim, a comunicação lingüística não é mais concebida como a simples produção de um discurso dirigido a um destinatário, mas como um encontro dialético de dois movimentos que partem cada um de um pólo, encontro em que cada pólo existe por intermédio de um ator particular que tem uma “personalidade dupla”. O processo será assim figurado:



a) Assim, pois, se a linguagem não é dada, mas se constitui em uma totalidade de processos de comunicação, e se todo processo de comunicação se realiza nessa dualidade EU-TU, somos obrigados a admitir que não existe um código lingüístico por comunidade sócio-lingüística, mas tantos códigos lingüísticos quantos indivíduos que se põem como EU num ou noutro momento. Por outras palavras, cada indivíduo constitui para si um código, necessariamente através de uma soma de relações com os TU, uma vez que, sem isso, ele não existiria como EU. Ora, nessa soma de processos de comunicação, o EU, como o vimos, procura ser compreendido pelo TU, e, com esse fim, procurará estabelecer um *consenso* com ele; mas por que deve ele estabelecer um *consenso*? justamente porque a linguagem não é dada uma vez por todas e porque cada EU produz, em cada nova situação, um discurso *específico* (aliás, ele tem mais ou menos consciência dessa especificidade).

b) Poderíamos aduzir provas do que propomos. São provas todas da observação, mas que nem por isso têm menor valor. Apresentaremos uma apenas, pois tememos estender em demasia nosso trabalho.

Trata-se da existência de uma Metalinguagem na linguagem humana.

Ter-se-á observado que acontece, por vezes, que o EU interrompa seu discurso para solicitar diretamente o TU, através de enunciados deste gênero:

¿Entiendes?, ¿ves lo que quiero decir?

Por sua vez, o TU, sem mesmo ter sido solicitado pelo EU, pode igualmente manifestar:

- * que ele compreende bem a informação: *ya veo, ya.*
- * que ele não compreende (ou não compreende muito bem): *no, no entiendo.*
- * que ele duvida de sua interpretação: *pero en este caso, qué sentido hay que darle a "político"?*

Esses enunciados, que têm um caráter fixo e autônomo, são, de certa maneira "operadores" metalingüísticos. Isto é, que o discurso que se segue tem por objetivo elucidar o discurso precedente. Esse discurso sobre o discurso é metalinguagem e constitui a prova desse

jogo constante que existe em toda comunicação humana entre *consenso e especificidade*.

Com efeito, essa atividade metalingüística só existe porque EU e TU querem estabelecer um circuito de intercompreensão. Vê-se, pois, que a intercompreensão não é dada, e que existe especificidade em todo discurso, antes de sua elucidação. Isso se comprova por um desses operadores que assim se exprime:

Pero ¡momento! Es que [hay] democracia [y] democracia,
isto é, o circunlóquio “*Hay x e x’*”.

Um estudo do mecanismo da criação dos signos — em particular o estudo da gíria — colocaria igualmente em evidência o jogo consenso/especificidade sobre o qual repousa toda a comunicação e, por conseguinte, a constituição da linguagem.

Mas voltemos ao problema que havíamos proposto na primeira parte desse trabalho e abordemo-lo, agora, à luz do que sabemos sobre a comunicação lingüística.

Havíamos notado, quando de nossas observações sucessivas, que um enunciado continha um sentido imutável global — o que se lhe pode atribuir fora de contexto — mas que, colocado numa circunstância de comunicação particular, tomava uma significação particular. Reconheceremos aí o jogo *consenso especificidade*. Entretanto, examinemos essa questão mais de perto.

a) Em que repousa o Sentido?

Na possibilidade de produzir certo número de *frases alternativas*, em torno do enunciado considerado. Certamente, essa atividade é sistematizada. Ela dá conta, ao mesmo tempo, das leis gerais da organização dos signos lingüísticos sobre os dois eixos Sintagmático e Paradigmático, e das leis próprias a cada código lingüístico, repousando estas sobre uma probabilidade que é dada pelo *uso* que a comunidade faz desses signos e de sua combinatória.

Por exemplo, um enunciado do gênero [10] *Juan está de paseo* pode ser apreendido fora de contexto. Atribuir-se-lhe-á um sentido, na medida em que se pode opor esse enunciado a outros como:

Pedro está de paseo.

Juan va de paseo.

Juan está de regreso.

etc.

São essas operações sobre o eixo paradigmático e sobre o eixo sintagmático que nos permitem reconhecer certa relação atributiva

entre *Juan* e *de paseo*, que *Juan* é um nome próprio referencial, que *de paseo* é um comportamento, que *está* explícita a relação de uma maneira externa.

Essa probabilidade de uso das frases alternativas constituiu-se por meio dos consensos que se estabelecem em cada processo de comunicação.

b) Em que repousa a significação?

Na maneira pela qual o EU se situa em relação ao TU e ao mundo (o ELE), através de seu discurso.

Com efeito, a especificidade de um discurso só é julgada como tal em relação aos diferentes TU e não ao próprio EU. É que, efetivamente, o EU produz seu discurso em função daquilo que ele crê saber do TU e do ELE. E como apreender TU e ELE, senão através de outros discursos precedentemente produzidos?

Por outras palavras, não fazemos outra coisa que “falar o mundo e os outros” e é “falando o mundo e os outros” que conceptualizamos lingüisticamente [1] o universo, isto é, que criamos as significações. Diremos, pois, que todo discurso produzido repousa em outros discursos anteriores (com os quais ou contra os quais ele se inscreve). A melhor prova que temos disso, e dessa vez manifestada na linguagem, é a relação de pressuposição lingüística. Se EU diz [11] *Antonio sigue haciendo el tonto*, ele não se contenta em afirmar alguma coisa sobre o mundo, afirma também alguma coisa sobre o interlocutor, pois que *pressupõe* que este *saiba* que *Antonio hacia el tonto antes*.

Retomemos o exemplo [10]. Suponhamos que EU seja a mulher de Juan, e que TU faça a corte a EU. Então, além de seu sentido, como enunciado, esse discurso poderá ter a significação *podemos quedar juntos*. Vê-se bem que essa significação só é perceptível em relação a outros discursos implícitos, que só são percebidos por dados exteriores ao enunciado produzido.

Assim, pois, essas circunstâncias de enunciação de que falamos, na primeira parte, tornam-se mais precisas. Não apenas o contexto material da comunicação mas também certa soma de discursos produzidos anteriormente faz que o EU se situe de uma maneira específica em relação ao TU e ao mundo, através de seu enunciado.

Essas circunstâncias de comunicação são o que chamaremos, de ora em diante, o quadro enunciativo de um discurso. Esse quadro enunciativo subdivide-se também em situação de comunicação (as condições materiais do processo de comunicação) e em situação de discurso (as diferentes relações EU-TU, EU-ELE, EU-enunciado, que se chamarão “imaginadas”).

Esse quadro não será desenvolvido nesse artigo mas podemos tirar uma primeira conclusão sobre o conjunto de nossa reflexão:

* O *Sentido* de um *Enunciado* repousa sobre um *consenso*, o que permite apreendê-lo fora de enunciação. Não tem valor de comunicação. Mas se se considera o *Enunciado* no seu quadro enunciativo, então ele se torna um *Discurso*, que tem valor de comunicação com, além de seu “sentido-consenso”, uma “significação-específica”. Escreveremos, pois:

(Significação)	(Sentido)	(Especificação)
Discurso ⁶	Enunciado	+ Enunciação

Eis, pois, justificada, de um ponto de vista epistemológico, esta dupla distinção *Enunciado/Discurso* — *Sentido/Significação*.

Resta considerar o que isso pode trazer, do ponto de vista metodológico, à ciência lingüística.

Como havíamos anunciado em nossa introdução, trataremos desse assunto em um próximo artigo consagrado à análise léxico-semântica.

6. Ter-se-á observado que *Discurso* não tem seu sentido habitual de simples materialização fônica ou gráfica do processo de comunicação — especificidade que tende a tornar-se *consenso*.